

Rio Grande do Sul: cultura e tradições

Caroline Kraus Luvizotto

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LUVIZOTTO, CK. *As tradições gaúchas e sua racionalização na modernidade tardia* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 140 p. ISBN 978-85-7983-088-4. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

1

RIO GRANDE DO SUL: CULTURA E TRADIÇÕES

A cultura gaúcha e suas expressões estão alicerçadas em tradições, em conhecimentos obtidos pela convivência em grupo, somados a diversos elementos, entre eles, os históricos e os sociológicos. Seus legados e sua tradição são transportados para as gerações seguintes, sujeitos a mudanças próprias de cada época e circunstância.

Neste livro, o ponto de partida para explorar a tradição gaúcha é o sentido de tradicionalismo, conceito que está intimamente ligado à configuração histórico-cultural do Rio Grande do Sul (RS). É o sentimento de tradicionalismo que une pessoas em torno do Movimento Tradicionalista gaúcho e cria uma identidade comum a todos esses sujeitos: ser gaúcho.

Dessa maneira, para abordar o CTG neste estudo e apresentar o papel que ocupa na reflexão sobre as tradições num contexto de modernidade tardia, acredita-se que seja necessário, primeiramente, abordar as construções simbólicas que dão sentido à figura do gaúcho, bem como características sobre a história da ocupação do Rio Grande do Sul para que, a partir desses elementos descritivos, possa-se compreender a origem do CTG na sociedade sul-rio-grandense.

Ocupação e colonização

Não é possível pensar no RS como um estado composto por uma população culturalmente homogênea. Isso é apenas força de expressão. Ele apresenta diferentes faces, e cada uma tem a sua cultura, os seus rostos e suas falas.

Temos um RS açoriano e de origem portuguesa, um RS dos italianos, dos alemães, dos pomeranos. Espalhado por todo o estado, está também o RS dos afro-brasileiros, descendentes dos negros trazidos contra a vontade e que, apesar disso, conseguiram manter traços de sua cultura. Assim também, espalhados por toda a sua área, estão os descendentes dos povos indígenas, primeiros habitantes da região. Mesmo após toda a opressão e perseguição do período colonial que dizimou milhares de indígenas, ainda hoje existem pequenos grupos que vivem nas reservas de Nonoai, Iraí e Tenente Portela, e que lutam para manter suas identidades. São eles os mbyás-guaranis e os caingangues.

Fugindo da dominação e perseguição vieram os poloneses e judeus. Assim também aconteceu com os sul-rio-grandenses de olhos puxados, descendentes dos japoneses que vieram para o estado durante a 2ª Guerra Mundial e que preservam seus costumes vivendo em suas comunidades.

Esses são alguns dos povos que vieram para a região, embora outros também estejam presentes, porém em contingentes não tão significativos. Como se vê, não há um único Rio Grande do Sul, mas muitos. Sem dúvida, essa heterogeneidade étnica e cultural resultou, da mesma forma que em outras regiões do país, em uma constante emergência de tensões e conflitos sociais de toda ordem. Não é objetivo deste estudo identificar ou descrever esses conflitos. Nesta seção serão descritos alguns elementos da história da ocupação do estado, para que se possa caracterizar a configuração histórico-cultural do gaúcho.

A história da ocupação e do povoamento do Rio Grande do Sul está demarcada pela questão fronteiriça. Região-limite entre dois impérios – o espanhol, com sede em Buenos Aires, e o português, com sede no Rio de Janeiro –, o chamado Continente de São Pedro do Rio Grande do Sul desde o século XVII foi permanentemente disputado pelas duas coroas ibéricas.

Pelo Tratado de Tordesilhas de 1493, a linha que separava os dois reinos católicos passava, na sua extensão meridional, ao largo do litoral do atual Estado de Santa Catarina e a região que viria a fazer parte do RS pertencia aos espanhóis. Portugal, por sua vez, sempre procurou estabelecer como sua real fronteira, como limite extremo do seu império na América do Sul, não uma linha abstrata, mas sim a margem esquerda do rio da Prata. Todos os conflitos entre o Brasil e seus vizinhos do Prata foram decorrentes dessas duas visões antagônicas sobre quais eram os marcos verdadeiros que os separavam.

O RS foi desde o início uma *fronteira quente*, isto é, local de disputa militar, de guerras e de arranjos diplomáticos, área de conflitos que se estenderam dos finais do século XVII até o século XIX. O Estado do Rio Grande do Sul, segundo Dacanal (1992), desempenhou duas funções importantes desde o início de sua ocupação. A primeira foi a de ser um local estratégico que garantia a presença portuguesa junto às áreas de colonização espanhola. A segunda, e não menos importante, foi a de fornecer alimentos e outros bens para as demais regiões do país.

A história da ocupação no RS começou muito antes da chegada dos portugueses àquele território. A região era povoada por índios, sendo vista como terra de ninguém. Apenas alguns aventureiros em busca de escravos se arriscavam a adentrar aquele território de difícil acesso. Zattera (1995) explica que os índios estavam subdivididos em tribos espalhadas pela região. No início havia o grupo jê, ramo dos tapuias, que se localizava no norte e nordeste. Desse grupo se derivavam os guaianás, subdivididos em ibiraiaras, caaguás, arachãs, carijós, tapes e, mais adiante, os caingangues. Outro grupo de indígenas encontrado no Rio Grande do Sul foi o

dos mbaias, que se subdividia em seis nações: charruas, minuanos, guenoas, yaros, mboanes e chanás, instalados mais ao sul e sudeste.

Em 1626, depois de atacados pelos paulistas em suas reduções no Paraguai, os jesuítas se instalaram no território que atualmente compreende o Rio Grande do Sul e fundaram a Redução de San Nicolas, na chamada zona do Tape, reunindo inúmeras tribos guaranis. Em 1641, depois de combatidos e expulsos, os jesuítas levaram consigo a maioria dos índios catequizados, deixando, no entanto, parte do gado que criavam. Sem dono, esse gado se tornou selvagem e bravo e formou uma grande reserva no espaço conhecido como Vacarias del Mar. Zattera (1995) conta que, a partir desse momento, esse gado se tornou importante economicamente pelo aproveitamento do couro e a prática de sua caça passou a integrar o cotidiano da população local.

Em 1682, os padres jesuítas retornaram ao Rio Grande do Sul e fundaram na região dos estados do Paraná e Rio Grande do Sul, Argentina e Paraguai, as Missões Jesuítas, onde grande número de índios guaranis, submetidos pelos religiosos, foram convertidos ao cristianismo. Para alimentar tantos índios, os jesuítas utilizaram o gado criado nas pradarias gaúchas, aproveitando clima e vegetação favoráveis. E para se livrar dos constantes ataques de bandeirantes, os jesuítas resolveram concentrar os índios convertidos, que não eram poucos, em uma região mais segura, situada a noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e fundaram os Sete Povos das Missões (1687). A base econômica era assentada na criação de gado com a extração do couro, mas os missionários dos Sete Povos se conscientizaram da importância da produção de erva-mate usada pelos índios e, posteriormente, pelos padres.

Em 1750, o Tratado de Madri¹ entre Portugal e Espanha estabeleceu que a região das Missões passasse para Portugal e, por maior que tivessem sido os esforços dos jesuítas, as Missões foram des-

1. O Tratado de Madri, assinado em 1750 entre Portugal e Espanha, dispunha que as missões passariam ao domínio português, ficando a Colônia de Sacramento com a Coroa espanhola, não chegando, contudo, a efetivar essa troca.

manteladas. Apesar disso, deixaram um legado que, sem dúvida nenhuma, veio a influenciar a história dessa região: os grandes rebanhos de bovinos e cavalos criados soltos nas pradarias gaúchas (Zattera, 1995).

A presença do gado foi o principal motivo para a ocupação e fixação de portugueses em solo gaúcho. A Coroa garantia aos imigrantes a propriedade de um pequeno terreno, mas não garantia o seu sustento. Assim, somente em 1770 uma leva de imigrantes açorianos chegou à província para povoar a região das Missões. Devido às dificuldades de transporte, esse grupo se fixou na área onde hoje está a cidade de Porto Alegre. Praticavam a agricultura de pequena propriedade e tinham uma economia voltada para a pecuária.

Como descreve Bandeira (1995), a partir do século XIX, o governo brasileiro passou a incentivar a vinda de imigrantes europeus para o Brasil com a intenção de formar uma camada social de homens livres com habilitação profissional. Como essa ideia foi rejeitada por grande parte dos senhores de terras e escravos do norte do país, o governo direcionou os imigrantes para os estados do Sul.

Os primeiros imigrantes que chegaram à província foram os alemães, em 1824, que, situados na região do atual município de São Leopoldo, em pouco tempo começaram a transformar o lugar.

Medina (1997) relata que os primeiros colonos alemães a se instalar no Rio Grande do Sul viajaram no navio *Anna Luise*, partindo de Hamburgo em 5 de abril de 1824 e desembarcando no Rio de Janeiro em 4 de junho do mesmo ano. A bordo do bergantim *São Joaquim Protector*, 38 imigrantes rumaram para Porto Alegre e, em 25 de julho de 1824, começaram a se instalar às margens do rio dos Sinos, na antiga Real Feitoria de Linho Cânhamo, fundando a colônia de São Leopoldo. Consta que, até 1825, um total de 1.027 imigrantes chegou à colônia.

O autor também aponta que os colonos que vieram para o RS ainda não tinham sido afetados pela industrialização e, ao chegarem à nova terra – no caso a colônia de São Leopoldo –, encontraram toda a base necessária para trabalhar, uma vez que eram em grande

parte camponeses e a região só podia oferecer terras para plantio. Para os que saíram da Alemanha expulsos do meio rural devido ao avanço da industrialização, a nova terra prometia grandes conquistas e um futuro promissor.

Mas os imigrantes, a partir de 1848, têm um novo perfil: são em grande parte artesãos e assalariados urbanos ou rurais, expulsos da terra-mãe pela crise que acompanhou a Era das Revoluções na Europa (Hobsbawm, 1996). Desde então, começaram a chegar ao Rio Grande do Sul exilados políticos, social-democratas e anarquistas alemães.

A colônia cresceu rapidamente. Vinte anos após sua fundação, já se emancipava de Porto Alegre e se tornou líder de sua região. Hoje compreende-se o bom desenvolvimento dessa colônia a partir de sua localização geográfica. Localizada às margens do rio dos Sinos, havia fácil comunicação fluvial com Porto Alegre e com cidades como Pelotas e Rio Grande. As áreas planas e férteis para o plantio também facilitaram o bom desenvolvimento.

A partir da colônia de São Leopoldo, outras colônias alemãs começaram a se formar à sua volta. Surgiram os núcleos de Novo Hamburgo, Campo Bom, Sinos, Taquari, Sapiranga, São Sebastião do Caí e Jacuí. Até a Segunda Guerra Mundial, o Rio Grande do Sul se tornou a segunda pátria para alemães de todas as classes sociais e estabeleceu-se um fluxo migratório constante da Alemanha para a região.

Após o fim da escravidão em 1888, muitas famílias alemãs no RS continuaram utilizando mão de obra negra. Como a maioria dos empregados era cria da casa, muitos negros acabaram por adotar o sobrenome alemão dos patrões e passaram a se considerar alemães também, o que reforça a ideia de que identidade cultural não é apenas uma questão de cor de pele nem de nascimento (Medina, 1997).

Nesse período, muitos fatos curiosos ocorreram envolvendo alemães e a população nativa nas áreas onde se localizavam as colônias. Lendas, misticismo, rivalidades pessoais, brigas por causa da crença religiosa: os alemães sempre fizeram questão de demarcar seu território com a força das particularidades de sua cultura. Ainda

que estivesse vivendo em outro país e tendo contato com outras culturas, a cultura germânica sempre falava mais alto aos ouvidos dos imigrantes, que perpetuavam suas tradições transmitindo-as às novas gerações.

A partir de 1875, começaram a chegar os imigrantes italianos, mas, como a região da capital já estava povoada pelos alemães, foram se instalar na região das serras. Aos poucos, formou-se um eixo básico de industrialização no estado ligando a capital e a cidade de Caxias do Sul, constituindo-se um intercâmbio entre alemães e italianos.

Atividade econômica

As missões jesuítas e a formação das estâncias de lagunenses e vicentinos – paulistas que se deslocavam do norte – foram responsáveis pela introdução da pecuária no Rio Grande do Sul. A criação de estâncias correspondeu ao abandono das atividades predatórias desenvolvidas por gente selvagem do campo, os primeiros gaúchos, que abatiam indiscriminadamente os animais apenas para extrair-lhes o couro e vendê-lo aos contrabandistas (Azevedo, 1958). A agricultura nesses primeiros tempos confinava-se ao plantio da erva-mate, herança dos hábitos dos índios guaranis.

No início do século XVIII, com a descoberta das lavras de ouro e de diamante em Minas Gerais e o elevado preço dos alimentos nas regiões de garimpo, a pecuária virou uma atividade altamente rentável. Com a indústria extrativista esparramando-se pelo Brasil central, formou-se o primeiro mercado interno significativo na colônia, ao qual as estâncias gaúchas iriam atrelar-se, sendo essa uma das históricas razões econômicas da tensão entre o separatismo e o nacionalismo, vigentes até hoje no estado.

No final do século XVIII, com a implantação das charqueadas na região de Pelotas e do rio Jacuí, um mercado bem mais vasto se abriu, pois, com a nova técnica da conservação de carnes, foi possível superar a exportação do gado em pé. Era possível atingir, além

do centro e do Nordeste do Brasil, até os consumidores do mar do Caribe e do Sul dos Estados Unidos, visto que o charque era a alimentação básica dos escravos. Ironicamente, o alimento dos escravos era pago com escravos. Para Azevedo (1958), a chegada de levadas de carne ao território do RS resultou na expansão da indústria das carnes manufaturadas e salgadas, que se multiplicou por Pelotas e beira da Lagoa dos Patos e margens do rio Jacuí.

Com a vinda dos açorianos, desembarcados em 1752, a agricultura tomou um novo impulso com as plantações de trigo ao redor da cidade de Rio Grande, expandindo-se para outras áreas até ser destruída, por volta de 1820, pela praga da ferrugem e pela ausência de apoio governamental. Os açorianos tornaram-se, então, pecuaristas e charqueadores.

A partir da produção colonial alemã, já em 1830, Porto Alegre, com aproximadamente 12 mil habitantes, começava a enriquecer e ensaiava sua futura vocação comercial.

A organização social gaúcha era bastante rígida. No topo encontravam-se os grandes fazendeiros e os ricos charqueadores, cabendo aos fazendeiros a hegemonia regional. Os comerciantes mais abastados tinham uma posição de destaque e eram, em boa parte, portugueses. Era importante também o número de médios e pequenos comerciantes. Os grandes polos comerciais da província eram Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas e Rio Pardo.

A agricultura e a criação mais diversificada de suínos e aves só se estabeleceram mais tarde com as colônias alemãs e italianas, entre 1824 e 1875, e foram elas que trouxeram as técnicas industriais que permitiram lançar os fundamentos da pequena indústria do curtume e da metalurgia.

A partir de 1870, a vida econômica e social da província se transformou progressivamente, de acordo com a chegada de novos imigrantes europeus e, conseqüentemente, novos hábitos e novos conceitos. No aspecto econômico, foi introduzido um novo cultivo, o arroz. A soja, cultivada há alguns anos, atingiu o mercado internacional, e, graças ao artesanato realizado pelos europeus, nasceu a atividade industrial que se desenvolveu num ritmo crescente. Na

região da colonização italiana se destacaram os setores mecânicos, metalúrgicos e calçadistas.

No início do século XIX, a produção de grãos e a agricultura cederam lugar à pecuária como base da riqueza social. Muitos dos antigos agricultores transformaram-se em fazendeiros com a organização das charqueadas. Devido às grandes secas nordestinas, o Rio Grande do Sul transformara-se no principal centro brasileiro produtor de charque. Na sociedade sulina de então, a vida urbana desenvolvera-se relativamente bem (Maestri, 2001).

A pecuária de corte tomou novo impulso com a criação dos frigoríficos estrangeiros, da Armour e da Swift, em 1917, tornando possível exportar carnes enlatadas e refrigeradas para o centro do país. Segundo Azevedo (1958), o sucesso da chamada economia colonial deve-se preponderantemente à distribuição de terras feitas entre os colonos, formando não apenas um dinâmico centro produtivo policultural, como também um crescente mercado consumidor.

O crescimento industrial não significou o abandono da agricultura e, ainda hoje, o Rio Grande do Sul, juntamente com o Paraná, é um dos grandes responsáveis pela produção nacional de grãos.

O gaúcho

Darcy Ribeiro, em *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*, traz um capítulo especial sobre o Sul do Brasil.² O autor afirma que esta é uma área cultural complexa e singular e que sua característica básica, em comparação com as outras áreas culturais brasileiras, é sua heterogeneidade cultural. A configuração histórico-cultural do RS é constituída por três elementos: os lavradores matutos, de origem principalmente açoriana; os representantes atuais dos antigos gaúchos e a formação gringo-brasileira dos descendentes de imigrantes europeus.

2. "Brasis Sulinos: gaúchos, matutos e gringos" (Ribeiro, 1997).

Segundo o autor, a configuração histórico-cultural dos matutos é constituída de populações trasladadas dos Açores no século XVIII, pelo governo português. O objetivo dessa colonização era implantar um núcleo de ocupação lusitana permanente para justificar a apropriação da área ao governo espanhol. Esses matutos viviam como lavradores, estabelecendo no RS o mesmo modo de vida que tinham nos Açores, uma agricultura exercida de modo arcaico.

Os sul-rio-grandenses originam-se da transfiguração étnica das populações mestiças de varões espanhóis e lusitanos com mulheres guaranis. Eram homens fortes, caçadores, que tinham no gado selvagem sua subsistência e a base econômica de sua sociedade.

A terceira configuração histórico-cultural do Rio Grande do Sul é constituída pelos povos de origem germânica, italiana, polonesa, japonesa, libanesa e várias outras, introduzidos como imigrantes nos séculos XIX e XX. Viviam em colônias, propriedades familiares em que cultivavam grãos e cereais, criavam animais e tiravam seu sustento. O contato entre essas três configurações culturais foi inevitável. Essa interação é definida por Ribeiro (1997) da seguinte forma:

A distância que medeia entre os respectivos patrimônios culturais e, sobretudo, entre seus sistemas de produção agrícola – a lavoura de modelo arcaico dos matutos, o pastoreio gaúcho e a pequena propriedade explorada intensivamente pelos colonos gringos – funciona, porém, como fixadora de suas diferenças. Mesmo em face dos efeitos homogeneizadores da modernização decorrentes da industrialização e da urbanização, cada um destes complexos tende a reagir de modo próprio, integrando-se com ritmos e modos diferenciados nas novas formas de produção e de vida, dando lugar a estilos distintos de participação na comunidade nacional. (Ribeiro, 1997, p.409)

Para o autor, é esta a singularidade do povo sul-rio-grandense de hoje. A complexidade de sua origem histórico-cultural torna-o um grupo diferente dos demais brasileiros.

Pode-se dizer que a figura do gaúcho, como é conhecida hoje, sofreu um longo período de elaboração cultural. Durante o período colonial, os sul-rio-grandenses eram chamados de guascas e depois de gaudérios, um termo que possui sentido pejorativo e se referia aos aventureiros paulistas que tinham desertado das tropas regulares e adotado a vida rude ou se tornado ladrões de gado.

Segundo Love (1975), a palavra *gaúcho*, o homem livre dos campos, foi aplicada inicialmente para definir um tipo humano ar-redio, o nômade do pampa, muitas vezes um desertor desobediente da lei e da ordem, que cavalgava sem rumo numa área vastíssima sempre atrás de gado amansado ou chucro e de cavalos.

De acordo com Oliven (2006, p.66), essa figura do homem livre dos pampas e domador de cavalos iniciou um processo de criação da identidade do gaúcho. O termo passa a ser usado para exaltar e definir um tipo de sujeito que possui um passado de honras e glórias e que “formou homens à imagem de um tipo ideal, criado em meio à liberdade do campo, montado em seu cavalo, desbravando a natureza, protegendo as fronteiras, respeitando o inimigo e lutando pela honra e pela justiça”.

De tipo ideal, a representação do gaúcho tradicional foi sendo transformada ao longo do tempo e passou a ser empregada com o significado “gentílico de habitante do estado”. Como esclarece Maciel:

O gaúcho também pode ser pensado como uma figura emblemática, pretendendo sintetizar e expressar uma determinada imagem dos habitantes da região, transmitindo ideias e valores sobre como seriam (ou deveriam ser) os gaúchos. [...] A figura do gaúcho como representativa de uma identidade regional é elaborada a partir de uma busca pelo que seria denominador comum, procurando o que diferencia, perdura. (Maciel, 2000, p.79)

Nesse contexto, passou a chamar-se de gaúcho, ou gaúcha, todas as pessoas nascidas no Rio Grande do Sul. E, conforme explica Oliven (1992), isso aconteceu a partir da ressemantização do

termo, na qual um tipo social que era considerado desviante e marginal foi apropriado, reelaborado e adquiriu um novo significado positivo, sendo transformado em símbolo de identidade regional.

Como pode ser observado adiante, nas reflexões apontadas sobre tradicionalismo, o termo gaúcho é empregado pelo Movimento Tradicionalista acompanhado de um forte imaginário. Oliven explica esse emprego:

Na construção social da identidade do gaúcho brasileiro há uma referência constante a elementos que evocam um passado glorioso, no qual se forjou sua figura, cuja existência seria marcada pela vida em vastos campos, a presença do cavalo, a fronteira cisplatina, a virilidade e a bravura do homem ao enfrentar o inimigo ou as forças da natureza, a lealdade, a honra, etc. (Oliven, 1992, p.50)

Isto significa dizer que são construídas representações que adquirem uma força quase mítica e a tendência é ignorar a diversidade e representar seu habitante como um tipo único – o gaúcho.

No que concerne ao papel da imagem, Maffesoli expõe:

A imagem é consumida, coletivamente, aqui e agora. Ela serve de fator de agregação, permite perceber o mundo, e não o representar. E, mesmo que ela possa ser objeto de apropriação política, ela tem, sobretudo, uma função mitológica, pois favorece o mistério, isto é, une entre si os iniciados. (Maffesoli, 1995, p.35)

Ou seja, mais uma vez, configura-se aqui a relação *nós e eles*. É certo que essa tipificação do gaúcho tradicional exclui um verdadeiro conjunto de pessoas que compõe o Rio Grande do Sul, mas esse acaba sendo um ícone que representa a identificação não somente de uma cultura, instituída e determinada em manuais e livros de história, mas de vários modos de sentir-se gaúcho.

Nesse ponto, cabe agora definir o que se entende por gaúcho para os propósitos desta pesquisa.

Após estudos realizados em meio tradicionalista, percebeu-se que, mesmo com esse mito, o imaginário da figura do gaúcho, o que se encontra hoje entre os sul-rio-grandenses é um sentimento de pertencimento, é um modo de se ver como gaúcho. Não basta ter nascido no RS – esse é o sul-rio-grandense e, a rigor, todos os nascidos no estado o são –, é preciso identificar-se com a cultura e os ideais tradicionalistas para se sentir gaúcho. É um sentimento que independe do território. Ele ultrapassa as barreiras geográficas, a filiação e a origem ancestral e passa a ser um sentimento de identificação com uma cultura arraigada em valores rurais, campeiros, mas que se manifesta também em meio urbano, buscando resgatar valores como honra, liberdade e bravura.

Portanto, gaúcho, no entendimento desta pesquisa, é todo indivíduo que se identifica com essa cultura e que se declara, intitula, como tal.

Tradicionalismo

Tradicionalismo é o movimento popular que visa auxiliar o Estado na consecução do bem coletivo, através de ações que o povo pratica (mesmo que não se aperceba de tal finalidade) com o fim de reforçar o núcleo de sua cultura: graças ao que a sociedade adquire maior tranquilidade na vida em comum. (Lessa, 1999, p.18)

Assim Barbosa Lessa, um dos pioneiros e idealizadores, define o tradicionalismo.

De acordo com Dutra (2002), qualquer referência à história do tradicionalismo gaúcho deve levar em conta as obras dos chamados tradicionalistas históricos, aqueles que criaram o Movimento Tradicionalista Gaúcho e que são celebrados como *guardiões da memória* tradicionalista: Paixão Côrtes, Barbosa Lessa e Glaucus Saraiva, considerados, respectivamente, idealizador, intelectual e organizador do movimento.

Aprovada no VII Congresso Tradicionalista (1961) e ainda em vigor, a Carta de Princípios do Movimento Tradicionalista define:

Tradicionalismo ou Movimento Tradicionalista é um organismo social, perfeitamente definido e estatuído, de natureza cívica, ideológica doutrinária, com características próprias e singulares que o colocam em plano especialíssimo no panorama da vida sul-rio-grandense, brasileira e americana. Cumprindo ciclos sociais, culturais, literários e artísticos de natureza nativista, procurando influir em todas as formas de manifestação da vida e do pensamento sul-rio-grandenses, o tradicionalismo gira em uma órbita que tem como centro os problemas rurais da nossa terra, o homem brasileiro em geral e o sul-rio-grandense em particular, sua maior expressão, e onde estão fixadas as suas raízes mais profundas. (Carta de Princípios, 1961)

É preciso diferenciar tradição, tradicionalismo e aquilo que é tradicional. Entende-se a *tradição* como um conjunto de sistemas simbólicos que são passados de geração a geração e que tem um caráter repetitivo. É uma memória de longa duração. São os usos e costumes, os símbolos, práticas, crenças, vestuário, culinária, música, poesia, dança, entre muitos outros elementos que fazem parte de uma dada cultura, um povo. O tradicionalismo é o culto a essas tradições. É um movimento organizado e coletivo que valoriza essas tradições e procura mantê-las vivas de geração a geração. Tradicional é aquilo que é transmitido por meio de uma tradição.

Segundo Dutra (2002), o tradicionalismo difundiu representações, construídas pela cultura tradicionalista do que seria o gaúcho e o Rio Grande do Sul no passado, adotando elementos novos que são confundidos com antigos e todos eles adjetivados como puros e autênticos e, segundo Maciel, essas construções: “são adotadas como ‘oficiais’ e tidas como parte da ‘cultura tradicional’, exemplos de ‘autênticas tradições do Rio Grande do Sul’” (Maciel, 1999, p.136).

De acordo com Fagundes apud Savaris (2008), tradicionalismo só existe no Rio Grande do Sul e é obrigatoriamente associativo,

coletivo. É um movimento cívico-cultural. “É a tradição em marcha, resgatando valores que são válidos não por serem antigos, mas por serem eternos, exatamente os valores que trouxeram o Rio Grande e o gaúcho do passado para o presente, projetando-o no futuro”.

É bem verdade que os tradicionalistas da década de 1940 criaram rituais e manifestações culturais, atribuindo aos mesmos um sentido de tradição, centrado sempre na figura do gaúcho valente, honrado, glorioso, como ressaltado por Oliven (1992) anteriormente, e de sua prenda, a mulher ideal para o tipo ideal – o gaúcho.

Como pode ser visto adiante, a partir da criação dos CTG, foram criados na década de 1940 diversos elementos que fazem referência a uma *cultura gaúcha genuína*. Pode-se traçar um fio condutor entre a criação desses elementos e aquilo que Hobsbawm e Ranger chamaram de *tradições inventadas*. Cada elemento, do vestuário, da dança, da fala, passou a ser elaborado e reelaborado para representar o passado do homem do campo, os elementos antigos são buscados para o presente, no qual lhes são dados novos significados. As tradições inventadas nesse contexto são reinventadas constantemente, procurando atribuir um valor, ressignificando práticas e rituais cotidianos, buscando manter coeso o sentido dessas tradições dentro da modernidade, procurando satisfazer o indivíduo na busca pela segurança ontológica.

O Movimento Tradicionalista reelaborou o gaúcho com base numa ideia de continuidade do passado, conferindo autenticidade e valor de verdade aos rituais e elementos da tradição, e imprimindo-lhe, ao mesmo tempo, novos significados.

Os Centros de Tradições Gaúchas (CTG)

As particularidades da ocupação do extremo sul do Brasil marcaram intensamente sua cultura. A luta constante pela posse da terra e a exploração do gado na região do pampa desenvolveram no

rio-grandense um sentimento nativista que se traduz pelo respeito à terra e a tudo relacionado com a atividade da pecuária, usos e costumes da vida campeira.

A primeira iniciativa de exaltar a cultura e tradição gaúchas foi em 1868, quando foi criada a Sociedade Parthenon Litterario, uma sociedade de intelectuais que tinha como objetivo a exaltação da temática gaúcha inspirada nos modelos positivistas europeus. A sociedade contava com colaboradores de toda a província e promovia um intercâmbio cultural que estimulou a intelectualidade sul-rio-grandense.

De acordo com Moreira (2002), essa atividade contribuiu para o intercâmbio de informações e para a expansão da cultura gaúcha por meio da circulação de matérias literárias em diferentes jornais espalhados nos mais distantes pontos da província. A mais marcante produção da sociedade foi a *Revista Literária*, que circulou durante dez anos apresentando críticas literárias, biografias, comentários, editoriais e estudos sobre a história e cultura gaúchas.

Em 1898, foi criada a primeira agremiação tradicionalista com o nome de Grêmio Gaúcho de Porto Alegre, situada na cidade de Porto Alegre. Essa entidade promovia atividades voltadas às tradições, realizando festas, desfiles de peões e cavaleiros, festivais musicais, etc. Essa iniciativa incentivou a criação de outras entidades tradicionalistas espalhadas por todo o estado. Entre elas destacaram-se: União Gaúcha de Pelotas (1899), Centro Gaúcho Bagé (1899), Grêmio Gaúcho de Santa Maria (1901), Sociedade Gaúcha Lombagrandense (1943). O objetivo dessas entidades era resgatar as tradições esquecidas ou deixadas de lado e aumentar os laços culturais existentes entre os participantes.

O século XX foi o século das transformações. A partir da década de 1940, novos inventos passaram a integrar a vida das pessoas, mudando hábitos e conceitos. Analisando a situação nacional, Gerson Moura (1984, p.8), afirma que

a chegada visível do *Tio Sam* ao Brasil aconteceu no início dos anos 40, em condições e com propósitos muito bem definidos. A pre-

sença econômica, menos visível, era bem anterior e certas manifestações culturais, como o cinema de Hollywood, já inculcavam valores e ampliavam mercados no Brasil. Mas a década de 40 é notável pela presença cultural maciça dos Estados Unidos, entendendo-se cultura no sentido amplo dos padrões de comportamento, da substância dos veículos de comunicação social, das expressões artísticas e dos modelos de conhecimento técnico e saber científico. O traço comum às mudanças que então ocorriam no Brasil na maneira de ver, sentir, explicar o mundo era a marcante influência que aquelas mudanças recebiam do *american way of life*.

Essas transformações também afetaram a sociedade sul-rio-grandense. No entanto, em meados do século XX começou a aparecer em alguns sul-rio-grandenses um sentimento novo: a sua diferença em relação ao mundo. Vera Stedile Zattera (1995), historiadora de Caxias do Sul, descreve esse sentimento:

É a nossa cidadania, é nossa raça, tão mesclada, mas tão clara. É nossa consciência de sermos elementos batalhadores, especiais, que grita. É hora de mostrarmos ao mundo do que nós, gaúchos, somos capazes, do que gostamos, quais são nossas músicas, quais são nossos hábitos, quais são nossas habilidades. (Zattera, 1995, p.153)

Em meados de 1940, o Rio Grande do Sul era palco do *americanismo*. Revoltados com essa situação, em 1947, um grupo de jovens fundou o Departamento de Tradições Gaúchas no Colégio Júlio de Castilhos, em Porto Alegre (Grêmio Estudantil). A esse grupo deu-se o nome Grupo dos Oito, por serem oito componentes. Eram estudantes secundários vindos do interior, oriundos de áreas pastoris de grande latifúndio onde predominava a pecuária e filhos de pequenos proprietários rurais ou estancieiros em processo de declínio social, que saíram de suas casas para estudar na capital.

Esses jovens organizaram a primeira Ronda Gaúcha (hoje Semana Farroupilha), que aconteceu entre 7 e 20 de setembro de 1947. Nessa atividade houve festa com música, poesia, fandango,

concursos e discursos. O grupo verificou que a iniciativa teve enorme êxito e resolveu fundar uma entidade permanente para a defesa das tradições gaúchas, pois acreditavam que o movimento precisava se alastrar. Foi quando, em 24 de abril de 1948, fundaram o 35 CTG, o primeiro CTG fundado no Rio Grande do Sul. O 35 CTG foi o nome dado em homenagem à Revolução Farroupilha de 1835.

Os CTG foram criados para demonstrar as raízes históricas, os costumes nativos, a maneira de ser, a sociabilidade do povo gaúcho. Lá se estudam as danças, as poesias, as falas do *gaúcho original*, seus hábitos e sua história. A finalidade é mostrar e perpetuar as manifestações da cultura e tradições gaúchas com a maior precisão possível para o público nacional e internacional.

O CTG não é apenas uma entidade que reflete sobre a tradição, é também um movimento que procura revivê-la. Dessa maneira, foi necessário recriar os costumes do campo e foi usada uma nomenclatura diferente de outras associações, substituindo o presidente, o vice-presidente, o secretário, o tesoureiro e o diretor, empregando os títulos de patrão, capataz, sota-capataz, agregados, posteiros. Os conselhos consultivos e deliberativos foram renomeados de Conselho de Vaqueanos e os departamentos foram chamados de Invernadas, conseguindo assim uma maior proximidade da cultura do campo.

A criação do 35 CTG provocou um forte sentimento tradicionalista que se espalhou por todo o Rio Grande do Sul e foram fundados em todo o estado, principalmente no interior, outros CTG.

Nasciam nesse contexto todos os símbolos a serem seguidos como um ritual de culto à tradição gaúcha. A instituição de todo o cerimonial proposto pelo CTG pauta-se numa tradição inventada e estabeleceu-se e enraizou-se com bastante rapidez. Como explica Hobsbawm:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos

valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (Hobsbawm & Ranger, 1997, p.9)

De acordo com Rodrigues (2008), apesar de esses símbolos terem sido criados na década de 1940, eles são cultuados como antigos e muitos desconhecem sua origem. Paixão Côrtes afirma que em 1977 muitos seguiam os rituais e pensavam que esses símbolos usados pelo tradicionalismo teriam origem em 1835, início da Revolução Farroupilha.

A criação ou invenção do culto à tradição foi uma tentativa de reação às transformações da sociedade e à influência de outras culturas que penetravam na sociedade sul-rio-grandense. É uma manifestação em defesa de uma cultura original e fundamenta-se na história de lutas desse povo pela defesa do seu território.

Após os conflitos de coexistência entre as três principais configurações histórico-culturais do estado, os índios, os portugueses e os espanhóis, estabeleceu-se uma cultura própria como mecanismo de defesa, e essa cultura precisava novamente se defender de outras culturas ameaçadoras que penetravam na cultura gaúcha. Assim nasce o CTG e o Movimento Tradicionalista. Um movimento de defesa cultural que se relaciona nas esferas econômica e política da sociedade para se estabelecer diante das culturas externas.

Estrutura e funcionamento do CTG

As informações descritas a seguir são derivadas de material do próprio Movimento Tradicionalista Gaúcho. É uma transcrição de documentos oficiais dos tradicionalistas. Não serão analisados nem questionados. Estão aqui para ilustrar a estrutura e o funcionamento do CTG segundo os próprios tradicionalistas.

O CTG é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, cujo funcionamento é regido por um estatuto baseado na

carta de princípios do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG). Verificando-se os estatutos de diversos CTG, podem-se destacar os seguintes objetivos para essa entidade:

- a. Preservar, promover e divulgar o tradicionalismo gaúcho, por meio de atividades esportivas, campeiras, sociais, assistenciais, culturais, artísticas e recreativas.
- b. Promover a cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico.
- c. A promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação.
- d. A promoção do voluntariado.
- e. A promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais.

No desenvolvimento de suas atividades, o CTG deve observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião, bem como atuará por meio da execução direta de projetos, programas ou planos de ações, da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins.

Os CTG possuem unidades de prestação de serviço (invernadas) regidas pelo estatuto. A partir dessas unidades é que se alcançam os objetivos do centro. Entre as principais unidades podem-se destacar: a invernada artística, cultural, esportiva, social, campeira, jurídica, comunicação e jovem. Ao responsável por cada invernada é dado o nome de *posteiro* (por exemplo: posteiro cultural).

O CTG encontra-se estruturado da seguinte forma:

a) *Assembleia geral*

É o órgão soberano da associação, sendo constituída por todos os associados em pleno gozo de seus direitos sociais e com deveres satisfeitos, e suas deliberações legais atingem a todos sem distinção.

b) *Patronagem*

A patronagem é a diretoria do CTG e é constituída por sete membros assim designados:

- Patrão (presidente).
- Primeiro capataz (vice-presidente).
- Segundo capataz (2º vice-presidente).
- Primeiro sota-capataz (1º secretário).
- Segundo sota-capataz (2º secretário).
- Primeiro agregado das chelpas (1º tesoureiro).
- Segundo agregado das chelpas (2º tesoureiro).

Entre as competências da patronagem destacam-se:

- Elaborar e submeter à assembleia geral a proposta de programação anual da associação.
- Executar a programação anual de atividades da associação.
- Elaborar e apresentar à assembleia geral o relatório anual.
- Reunir-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum.
- Contratar e demitir empregados.

c) *Conselho de vaqueanos*

O conselho de vaqueanos é o conselho diretor do CTG e é constituído por seis membros, sendo três titulares e três suplentes, cabendo a eles a escolha do seu presidente e secretário. São competências do conselho de vaqueanos:

- Manifestar-se sobre todos os assuntos de interesse para a associação.
- Propor as providências cabíveis para melhor administração da associação.
- Zelar pelo fiel cumprimento do estatuto e regimento interno.
- Discutir, alterar e aprovar o regulamento dos posteiros.
- Coordenar e fiscalizar o processo de eleição da patronagem, bem como julgar as impugnações de chapas de candidatos.
- Convocar a assembleia geral.
- Auxiliar o conselho fiscal no cumprimento de suas atribuições.

d) Conselho fiscal

O conselho fiscal será constituído por seis membros, sendo três titulares e três suplentes, cabendo a eles a escolha do seu presidente e secretário. São atribuições do conselho fiscal:

- Examinar os livros de escrituração da associação.
- Fiscalizar as operações financeiras da patronagem.
- Convocar extraordinariamente a assembleia geral.
- Opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres aos órgãos da associação.
- Requisitar ao primeiro agregado das chelpas, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela associação.
- Acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes.

Os CTG contam com associados que contribuem com uma mensalidade para custear as despesas da associação, bem como a promoção de eventos direcionados à preservação e disseminação das tradições.

Números

A expansão dos CTG fora do Rio Grande do Sul seguiu uma tendência natural que foi sendo construída com a emigração do povo gaúcho para outras fronteiras agrícolas.

Segundo dados da Confederação Brasileira de Tradição Gaúcha³ (CBTG) existem hoje 2.835 CTG que estão assim distribuídos no Brasil:



Figura 1 – CTG distribuídos pelo Brasil.⁴

Adaptado de CBTG, disponível em <http://www.cbtg.com.br/_sitio/ctgs/mapa.php>

3. Fonte: <<http://www.cbtg.com.br>>. Acesso em 28/1/2010.

4 A distribuição de CTG por estado é uma informação contida no *website* da CBTG e foi atualizada em novembro de 2009.

A partir da Figura 1 pode-se constatar que existem CTG em 19 estados brasileiros e no Distrito Federal. A maior concentração de entidades localiza-se nos estados do Sul do Brasil, com predominância no Rio Grande do Sul, que é a base para os CTG. Como consequência da emigração de sul-rio-grandenses pelo país, observa-se que Rondônia, Mato Grosso, São Paulo e Mato Grosso do Sul acolhem o maior número de CTG fora da região Sul do país, respectivamente.

Os gaúchos residentes fora do país também podem fundar um CTG, desde que reconhecidos e amparados pela CBTG. De acordo com a CBTG, são reconhecidos oficialmente 12 CTG fora do Brasil,⁵ conforme segue:

- CCG Bento Gonçalves – Los Angeles, EUA
- CTG Brasil Tche – Bernadenville, EUA
- CTG Deserto da Saudade – Israel
- CTG Índio José – Santa Rita – Alto Paraná, Paraguai
- CTG Nova Querência – Fort Lauderdale, EUA
- CTG Pedro Álvares Cabral – Lisboa, Portugal
- CTG Querência do Norte – Toronto, Canadá
- CTG Rancho Rio Grande – Perris, EUA
- CTG Saudade da Minha Terra – Newark, EUA
- CTG União de Ideais – Paris, França
- Núcleo Tradicionalista Gaúcho de Danbury – Brookfield, EUA
- Recuerdos del Pago – Madri, Espanha

Os dados sinalizam que, independente do território geográfico, é possível ao gaúcho continuar arraigado às suas tradições e permanecer perpetuando os laços culturais com a terra natal. Essa constatação demonstra que o fio condutor entre cultura e tradição gaúchas e a criação do CTG não é a geografia, ou não haveria CTG fora do

5. Fonte: CBTG, disponível em <http://www.cbtg.com.br/_sitio/ctgs/exterior.php>. Acesso em 6/9/2009.

RS, tampouco o aspecto nacional, ou não haveria CTG fora do Brasil. Esse fio condutor é o sentimento de tradicionalismo inerente ao gaúcho – aqui estritamente tratado como o indivíduo que se identifica com a cultura e tradição gaúchas.

Pode-se concluir, a partir desse panorama, que o tradicionalismo pode ser identificado como um movimento urbano que procura resgatar os valores rurais do passado, mesmo que esses integrantes não estejam ligados ao RS. Ou seja, não necessariamente precisa ser nascido ou residir no RS para ser tradicionalista e/ou fundar e/ou fazer parte de um CTG. Basta ter a identificação cultural com a terra, com a origem gaúcha, para ser tradicionalista, em qualquer parte do mundo.

Considerando a estrutura do Movimento Tradicionalista, deve-se destacar também o papel da CBTG, do MTG e do Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (IGTF).

Confederação Brasileira de Tradição Gaúcha (CBTG)

De acordo com seu estatuto, a CBTG⁶ é a entidade maior do Movimento Tradicionalista Gaúcho brasileiro, cuja essencialidade é valorizar, organizar, defender, promover e representar as tradições e a cultura gaúchas, caracterizando-se como uma sociedade civil, sem fins econômicos, com duração indeterminada, fundada em 24 de maio de 1987.

As informações descritas a seguir são derivadas de material do próprio Movimento Tradicionalista Gaúcho. É uma transcrição de documentos oficiais dos tradicionalistas. Não serão analisados nem questionados. Estão aqui para ilustrar a estrutura e o funcionamento da CBTG segundo os próprios tradicionalistas.

6. Informações extraídas do *website* da CBTG disponível em <<http://www.cbtg.com.br>>. Acesso em 6/9/2009.

A CBTG tem por finalidade:

1. Representar, em todo o território nacional e no exterior, a cultura gaúcha, na condição de entidade maior do Movimento Tradicionalista Gaúcho brasileiro.
2. Desenvolver, em nível nacional, o sistema confederativo do Movimento Tradicionalista Gaúcho, para uma atuação integrada, fidedigna e próspera.
3. Definir políticas e diretrizes de atuação do sistema que valorizem as manifestações culturais regionais de convívio comum.
4. Promover a cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, voltando-se, em especial, para a organização e realização de eventos em prol da valorização da cultura, das tradições e do folclore gaúchos em âmbito nacional.
5. Cumprir e fazer cumprir a função social, em todas as esferas do sistema confederativo.
6. Difundir e incentivar, em todo o território nacional, a preservação das tradições gaúchas, bem como as expressões “Movimento Tradicionalista Gaúcho” e “Centro de Tradições Gaúchas” e as siglas MTG e CTG, evitando o uso inadequado das mesmas e sua utilização na denominação de entidades não identificadas com o tradicionalismo gaúcho.
7. Incentivar as tradições gaúchas, traçando diretrizes, rumos e princípios cívico-culturais, artísticos e esportivos ao tradicionalismo gaúcho brasileiro.
8. Orientar as entidades confederadas no sentido de manter a autenticidade das manifestações gauchescas e a fidelidade às suas origens.
9. A CBTG, pelo interesse público, colaborará com os poderes públicos constituídos e com as entidades sociais organizadas.
10. Implantar, por si, ou por entidade criada com o fim específico pelo conselho diretor, mediante proposta da diretoria executiva, cursos à distância ou presenciais voltados para a preservação da cultura gaúcha e ao desenvolvimento do homem do campo.

11. Promover a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos, a democracia e outros valores universais.

O sistema confederativo do Movimento Tradicionalista Gaúcho brasileiro é constituído pela seguinte organização política e administrativa:

1. Pela CBTG, como entidade confederativa.
2. Pelas entidades federativas: organizações de âmbito estadual, caracterizadas como pessoas jurídicas, com fins similares aos da CBTG e da representação e coordenação de atuação do tradicionalismo gaúcho e das entidades singulares, no nível das suas jurisdições e são denominadas pelo prefixo “MTG – Movimento Tradicionalismo Gaúcho”, seguido pelo sufixo “nome do estado” que representam (por exemplo: MTG – SP). Somente poderá associar-se à CBTG um MTG por estado.
3. Pelas entidades singulares: organizações caracterizadas como pessoas jurídicas, sociedades de pessoas físicas, de natureza sociocultural, com a finalidade de congregar um quadro social identificado e voltado a desenvolver o Movimento Tradicionalista Gaúcho, no conjunto da sociedade civil em que estão inseridas e são denominadas pelo prefixo “CTG – Centro de Tradições Gaúchas”, seguido por um sufixo de livre escolha (por exemplo: CTG Querência Farroupilha). As entidades singulares organizadas fora do território nacional poderão filiar-se ao MTG do estado de sua escolha. As entidades denominadas por centros nativistas, piquetes de laçadores e/ou similares⁷ serão definidas como entidades singulares, quando já regularmente filiadas aos MTG a que pertencem, e terão caráter de organização local, restritas à finalidade única de sua existência.

7. Centros nativistas, piquetes de laçadores e/ou similares são entidades tradicionalistas que ainda não receberam o *status* de CTG.

Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG)

O MTG⁸ é uma associação civil, uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com circunscrição em todo o território nacional, constituindo-se na Federação dos Centros de Tradições Gaúchas e entidades afins. Tem por objetivo congregar os CTG e entidades afins e preservar o núcleo da formação gaúcha e a filosofia do Movimento Tradicionalista, decorrente da sua Carta de Princípios e expressa nas decisões dos congressos tradicionalistas.

As informações a seguir são derivadas de material do próprio Movimento Tradicionalista Gaúcho. É uma transcrição de documentos oficiais dos tradicionalistas. Não serão analisados nem questionados. Estão aqui para ilustrar a estrutura e o funcionamento do MTG segundo os próprios tradicionalistas.

A Carta de Princípios do MTG fixa os seguintes objetivos:

1. Auxiliar o Estado na solução dos seus problemas fundamentais e na conquista do bem coletivo.
2. Cultuar e difundir a história, a formação social, o folclore, enfim, a tradição do Rio Grande do Sul, como substância basilar da nacionalidade.
3. Promover, no meio do povo, uma retomada de consciência dos valores morais do gaúcho.
4. Facilitar e cooperar com a evolução e o progresso, buscando a harmonia social, criando a consciência do valor coletivo, combatendo o enfraquecimento da cultura comum e a desagregação que daí resulta.
5. Criar barreiras aos fatores e ideias que vêm pelos veículos normais de propaganda e que sejam diametralmente opostos ou antagonísticos aos costumes e pendores naturais do povo gaúcho.

8. Informações extraídas do *website* do MTG disponível em <<http://www.mtg.org.br/>>. Acesso em 6/9/2009.

6. Preservar o patrimônio sociológico representado, principalmente, pelo linguajar, vestimenta, arte culinária, forma de lides e artes populares.
7. Fazer de cada CTG um núcleo transmissor da herança social e, por meio da prática e divulgação dos hábitos locais, noção de valores, princípios morais, reações emocionais, etc.; criar nos grupos sociais uma unidade psicológica, com modos de agir e pensar coletivamente, valorizando e ajustando o homem ao meio, para a reação em conjunto diante dos problemas comuns.
8. Estimular e incentivar o processo aculturativo do elemento imigrante e seus descendentes.
9. Lutar pelos direitos humanos de Liberdade, Igualdade e Humanidade.
10. Respeitar e fazer respeitar seus postulados iniciais, que têm como característica essencial a absoluta independência de sectarismos político, religioso e racial.
11. Acatar e respeitar as leis e poderes públicos legalmente constituídos, enquanto se mantiverem dentro dos princípios do regime democrático vigente.
12. Evitar todas as formas de vaidade e personalismo que buscam no Movimento Tradicionalista veículo para projeção em proveito próprio.
13. Evitar toda e qualquer manifestação individual ou coletiva, movida por interesses subterrâneos de natureza política, religiosa ou financeira.
14. Evitar atitudes pessoais ou coletivas que deslustrem e venham em detrimento dos princípios da formação moral do gaúcho.
15. Evitar que núcleos tradicionalistas adotem nomes de pessoas vivas.
16. Repudiar todas as manifestações e formas negativas de exploração direta ou indireta do Movimento Tradicionalista.
17. Prestigiar e estimular quaisquer iniciativas que, sincera e honestamente, queiram perseguir objetivos correlatos com os do tradicionalismo.

18. Incentivar, em todas as formas de divulgação e propaganda, o uso sadio dos autênticos motivos regionais.
19. Influir na literatura, artes clássicas e populares e outras formas de expressão espiritual do povo gaúcho, no sentido de que se voltem para os temas nativistas.
20. Zelar pela pureza e fidelidade dos costumes autênticos, combatendo todas as manifestações individuais ou coletivas que artificializem ou descaracterizem as coisas tradicionais.
21. Estimular e amparar as células que fazem parte de seu organismo social.
22. Procurar penetrar e atuar nas instituições públicas e privadas, principalmente nos colégios e no seio do povo, buscando conquistar para o Movimento Tradicionalista Gaúcho a boa vontade e a participação dos representantes de todas as classes e profissões dignas.
23. Comemorar e respeitar as datas, efemérides e vultos nacionais e, particularmente o dia 20 de setembro, como data máxima do Rio Grande do Sul.
24. Lutar para que seja instituído, oficialmente, o Dia do Gaúcho, em paridade de condições com o Dia do Colono e outros “Dias” respeitadas publicamente.
25. Pugnar pela independência psicológica e ideológica do povo gaúcho.
26. Revalidar e reafirmar os valores fundamentais da formação gaúcha, apontando às novas gerações rumos definidos de cultura, civismo e nacionalidade.
27. Procurar o despertar da consciência para o espírito cívico de unidade e amor à Pátria.
28. Pugnar pela fraternidade e maior aproximação dos povos americanos.
29. Buscar, finalmente, a conquista de um estágio de força social que lhe dê ressonância nos poderes públicos e nas classes rio-grandenses para atuar real, poderosa e eficientemente, no levantamento dos padrões de moral e de vida do estado, ruando, fortalecido, para o campo e homem rural, suas raízes

primordiais, cumprindo, assim, sua alta destinação histórica em nossa pátria.

Além dos princípios elencados, na Carta de Princípios, também são objetivos do Movimento Tradicionalista gaúcho:

1. Promover a cultura, a defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico do Rio Grande do Sul.
2. Promover a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos, a democracia e outros valores universais.
3. Não distribuir entre os seus associados, conselheiros, coordenadores, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferido mediante o exercício de suas atividades, e os aplicar integralmente na conservação do seu objetivo associativo.

O MTG mantém suas atividades por meio das anuidades e outras contribuições fixadas recebidas dos associados, por doações de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins.

É vedado ao MTG e entidades filiadas vincular-se a qualquer atividade político-partidária ou religiosa. Os serviços de educação e de cultura gaúcha propostos, a que eventualmente se dedique o MTG, serão prestados de forma inteiramente espontânea e gratuita e com os recursos de que dispõe, sendo vedado o seu condicionamento a qualquer doação, contrapartida ou equivalente.

O MTG está assim organizado:

I – Órgãos normativos:

- a) Congresso Tradicionalista.
- b) Convenção Tradicionalista.

II – Órgão eletivo:

- a) Assembleia geral eletiva.

III – Órgãos administrativos:

- a) Conselho diretor.
- b) Junta fiscal.
- c) Regiões tradicionalistas.

IV – Órgãos de assessoramento:

- a) Conselho de vaqueanos.
- b) Conselho de ética.

A nenhum dos membros dos órgãos diretivos, bem como às atividades de seus associados, é atribuído salário, vencimento, abono, gratificação ou remuneração de qualquer espécie.

Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (IGTF)

O IGTF,⁹ órgão vinculado à Secretaria de Estado da Cultura (Sedac) foi instituído pelo Decreto n. 23.613, de 27 de dezembro de 1974, para atuar na área da pesquisa e divulgar a cultura sul-rio-grandense. Dentre as suas finalidades destaca-se a de promover estudos, pesquisas e a divulgação da cultura sul-rio-grandense e os valores que lhe são inerentes, especialmente folclore, tradição, arte, história e sociologia.

Sua organização é mostrada na Figura 2.

Manuelito Savaris, atual presidente do IGTF, explica da seguinte maneira a importância do IGTF:¹⁰

De qualquer modo, diante do crescente avanço do fenômeno chamado globalização, cabe verificar se aquelas sociedades que não possuem clareza cultural e identidade própria sucumbirão diante

9. Informações extraídas do *website* do IGTF disponível em <<http://www.igtf.rs.gov.br>>. Acesso em 6/9/2009.

10. Palavra do Presidente do IGTF, divulgada em 24 de abril de 2007. Disponível em <http://www.igtf.rs.gov.br/editoriais_igtf/not.php?id=2>. Acesso em 6/9/ 2009.

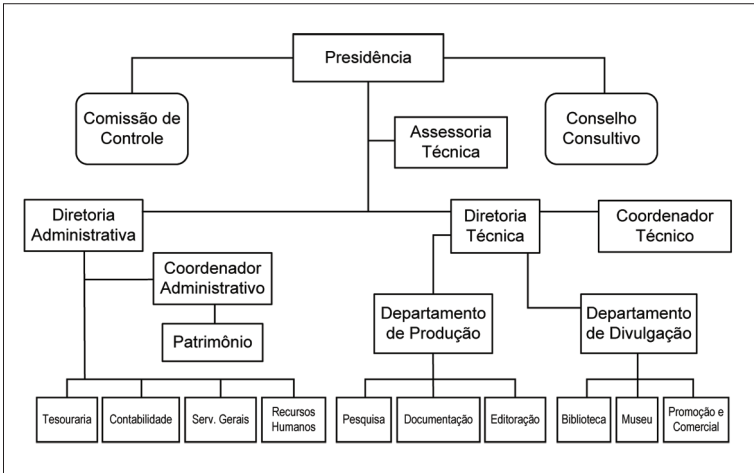


Figura 2 – Organograma do IGTF

Fonte: IGTF. Disponível em <<http://www.igtf.rs.gov.br/>>. Acesso em 6/9/2009.

do poderio econômico de outras sociedades. Aparentemente, a globalização econômica, ideológica e a da informação vieram para ficar e já se encontram estabelecidas no planeta. Resta preservar o regionalismo cultural. [...] Neste contexto em que, de um lado está o sentimento de orgulho regional, de outro o desconhecimento das nossas tradições e do nosso folclore, é que o IGTF está inserido. O papel da Fundação é contribuir para que a cultura regional seja mais conhecida e, a partir daí, as manifestações de orgulho de ser gaúcho possa ser um sentimento sólido e perene.

Percebe-se que o IGTF está inserido no contexto do tradicionalismo gaúcho, sendo um órgão de grande importância para a manutenção da cultura e tradição gaúcha.

O objetivo de apresentar o Movimento Tradicionalista e todas as suas instâncias, de modo descritivo, utilizando os documentos oficiais do tradicionalismo é demonstrar que há uma hierarquia,

estrutura e regulamento. É o Movimento Tradicionalista que dita como devem ser tratadas as tradições e como deve ser a sociabilidade do gaúcho tradicionalista. Não se observa, porém, que esse movimento, representado principalmente pelo CTG, pretende ser regulamentador ou normatizador da vida dos gaúchos fora dos espaços de culto à tradição, os CTG.

Apresentado o CTG, sua origem e suas características, pode-se tratar especificamente da modernidade tardia, contexto no qual será analisado o CTG na Conclusão desta obra.